

## Relatório de Comentários da Administração

A Administração da TecBan, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As informações operacionais e financeiras da TecBan, exceto onde estiver indicado de outra forma, estão apresentadas com base em números consolidados pelo método da equivalência patrimonial, previsto no CPC 18 (R2) e em Reais, conforme a legislação societária.

### Desempenho

Há 37 anos, os bancos tinham um desafio a resolver. Nascia o Banco24Horas e a TecBan, uma empresa especializada na gestão de redes de atendimento e economia compartilhada. E reconhecida por suas soluções inovadoras, seguras, escaláveis e com investimentos relevantes no país. A TecBan atende às constantes evoluções do mercado e às necessidades dos bancos, estabelecimentos comerciais e consumidores e oferece um portfólio completo por meio do:



**Banco24Horas, Banco24Horas Exclusivo, Média Banco24Horas, ATMManager, +Varejo Banco24Horas, HubDigital, Compartilhamento de Redes, Saque Digital, Switch Interbancário, Blockchain, Branch Transformation, Gestão do Ciclo do Dinheiro e Open Banking.**

O modelo de negócio da TecBan está numa contínua jornada de transformação, inovação e conectividade. Esta história tornou a TecBan um grupo de economia compartilhada, capacitado para os desafios atuais e futuros, criando, transportando e compartilhando valor com toda a sociedade.

Somos promotores de produtividade para todo o sistema financeiro, com um modelo de governança moldado para as necessidades do setor. Construímos uma infraestrutura tecnológica, produzimos resultados consistentes e sustentáveis formando um canal de aproximação e integração que viabiliza a transformação digital e integração com o mundo físico. Atualmente integramos o grupo TecBan:



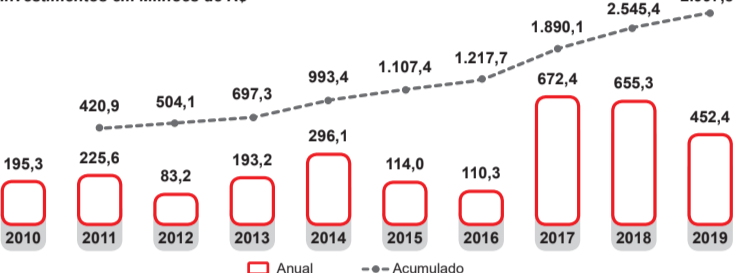
**TBNet**, empresa de infraestrutura em telecomunicação, com soluções integradas, seguras, com alta disponibilidade e o menor custo possível;



**TBForte**, empresa de segurança e transporte de valores que oferece soluções completas em logística, processamento de numerário, cofre inteligente e soluções personalizadas para instituições financeiras e varejo, contribuindo assim, para a otimização do ciclo de numerário, reduzindo o risco e garantindo uma operação contínua e eficaz com previsibilidade.

Em um ano de muitos desafios, tanto no cenário econômico brasileiro, quanto no mercado de atuação de nossas empresas, nos superamos e mantivemos o crescimento e investimentos previstos. Reforçamos o nosso compromisso com a população brasileira e investimos mais de R\$452 milhões para que todos pudessem acessar serviços bancários de qualidade nos mais diversos e remotos locais. Hoje, são mais de 140 milhões de pessoas atendidas pelo Banco24Horas. Nos últimos 10 anos, somamos R\$3 bilhões em investimentos.

### Investimentos em Milhões de R\$



As fontes de financiamento para os investimentos são, principalmente, a própria geração de caixa de nossas atividades operacionais e a captação no mercado de capitais. Dando continuidade à nossa reestruturação de dívida, em 2019, realizamos nossa terceira emissão de debêntures no montante de R\$200 milhões e, com isto, liquidamos 53% das dívidas de curto prazo, melhorando o perfil e custo de nossas atividades de financiamento.

### Atividades de financiamento



Ainda em 2019, a TecBan começou a se preparar para um novo ciclo que se configura. Nesse contexto, criamos e inovamos na plataforma de novos produtos e soluções, iniciando nossa caminhada em direção à transformação físico-digital. Sensibilizamos gestores e equipes na evolução do nosso mindset, reforçando nossa proposta de valor. Avançamos nas iniciativas digitais e inovamos com o lançamento do HubDigital, tornando mais ágeis e digitais todos os processos de ingresso, incluindo a conexão por meio de novas tecnologias, como APIs e o envio de numerário eletronicamente, acelerando o ingresso de fintechs no Banco24Horas. Disponibilizamos o Saque Digital, outra integração físico-digital na qual a transação de saque começa em um dispositivo final, utilizando o aplicativo da própria instituição financeira como meio de autenticação, e termina nos caixas eletrônicos do Banco24Horas.

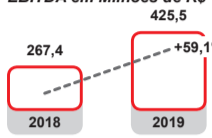
Atualmente a utilização da tecnologia Blockchain que possibilita que as instituições financeiras de todo o país compartilhem e consumam serviços hospedados em uma rede compartilhada digital, otimizando a disponibilidade de dinheiro em suas tesourarias e melhorando o acesso à moeda.

Apresentamos ao mercado nossa proposta de modelo de plataforma de Open Banking, que permite o acolhimento seguro e confiável dos milhares de novos participantes do ecossistema bancário. O objetivo da solução é auxiliar o setor na busca das melhores alternativas e decisões, sendo utilizada por instituições financeiras e provedoras de serviços de diversos setores como uma interface para validar e certificar seus acessos e transações com o cliente final. Assim como o Banco24Horas, com mais de 23 mil caixas eletrônicos equipados com multimetria, nossa plataforma de Open Banking está pronta para apoiar o setor. E lançamos o Média Banco24Horas, plataforma inédita de mídia digital out of home (OOH) nos caixas eletrônicos, tendo como proposta possibilitar às marcas a comunicação com públicos de diferentes perfis e economicamente ativos em regiões onde mídias nesse formato dificilmente conseguem atingir. Como consequência das iniciativas acima, atingimos no exercício Receita Líquida Consolidada de R\$2,37 bilhões, representando um crescimento de 18,1% em relação ao ano anterior.

**O EBITDA Consolidado em 2019 foi de R\$425,5 milhões, 59,1% maior que no ano anterior.**

**Reflexo, principalmente, dos melhores níveis de receita no exercício e diluição de custos e despesas, refletindo em uma melhora de margem operacional de 4,1 p.p. em relação a 2018.**

### EBITDA em Milhões de R\$



No primeiro Banco24Horas, o volume de transações realizadas em nossos caixas foi de 2,1 bilhões, colocando a TecBan em primeiro lugar em volume de saques entre todas as redes independentes de caixas eletrônicos no mundo, segundo a RBR. Nos resultados da TBForte, o efeito das receitas com novos clientes e o crescimento de novas bases, trouxe um incremento de 50,7% no faturamento ante 2018, que, mesmo com um aumento de custos e despesas em 24%, refletiu uma melhora de margem líquida de 12,3 p.p. A TBForte encerrou o exercício com Lucro Líquido de R\$10,8 milhões na operação de transporte de valores e escola, agudando lucro tributável de imposto de renda e contribuição social em R\$15,6 milhões e R\$13,8 milhões respectivamente, gerando o montante de imposto de renda e contribuição social de R\$5,1 milhões.

A TBNet vem consolidando juntamente com as demais empresas da TecBan o conceito de economia compartilhada e apresentou em 2019 um crescimento exponencial da Receita Líquida em 92,1% perante 2018. Reflexo de uma atuação comprometida e focada nas melhores práticas de mercado, tanto em governança quanto em resultados operacionais, o Lucro Líquido Consolidado da TecBan fechou em R\$57,2 milhões, com retorno sobre o patrimônio líquido de 12%, devido ao desempenho positivo de nossas operações em 2019. O imposto de renda e a contribuição social no final do exercício de 2019 totalizaram, no Consolidado, o montante de R\$23,5 milhões, um aumento de 24,3% em relação aos R\$18,9 milhões de 2018. Esta variação está relacionada, principalmente, com o aumento do lucro do exercício.

### Lucro líquido por empresa do Grupo TecBan em 2019 em milhões de R\$



### BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	TecBan		Consolidado		PASSIVO	Nota	TecBan		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
<b>Circulante</b>		<b>441.754</b>	<b>460.431</b>	<b>489.427</b>	<b>504.047</b>	<b>381.654</b>	<b>471.898</b>	<b>384.109</b>	<b>500.390</b>	<b>471.898</b>	<b>500.390</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	92.373	217.668	104.233	219.189	11	201.717	261.968	138.086	241.281	261.968
Contas a receber de clientes	5	228.891	101.236	236.105	108.990	12	60.775	50.087	102.975	87.561	50.087
Ativos de contrato	5	8.820	23.605	12.033	29.019	13	5.085	4.899	5.085	4.899	4.899
Tributos a compensar	6	52.667	56.725	59.243	73.981	14	7.617	28.162	9.463	30.008	28.162
Estoques	7	22.228	20.174	22.791	21.442	15a	69.631	93.864	71.873	97.000	93.864
Despesas antecipadas	7	22.567	13.900	34.302	24.511	15b	4.161	-	14.542	-	-
Outras contas a receber		14.208	27.123	18.720	26.915	15c	15.229	17.193	24.309	21.668	17.193
						15d	6.729	5.863	6.798	7.350	5.863
						18b	5.198	-	5.198	-	-
							5.512	9.852	5.780	10.613	9.852
							1.183.183	1.006.653	1.272.767	1.019.953	1.006.653
<b>Não circulante</b>		<b>1.605.631</b>	<b>1.476.326</b>	<b>1.649.997</b>	<b>1.474.532</b>	<b>11</b>	<b>25</b>	<b>823</b>	<b>251</b>	<b>823</b>	<b>251</b>
Despesas antecipadas		6.224	3.340	6.851	3.874	12	9.838	8.609	9.838	8.609	8.609
Depósitos judiciais	17	24.687	24.196	24.708	24.235	13	1.049.091	849.007	1.049.091	849.007	849.007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	4.560	-	4.560	14	8.011	15.561	11.441	20.829	15.561
Tributos a compensar	6	1.333	846	1.333	846	15a	35.125	124.038	37.884	129.107	124.038
Outras contas a receber		531	-	497	-	15b	36.882	-	108.512	-	-
Investimentos	8	357.137	308.327	-	-	15c	580	-	9.983	-	-
Imobilizado	9	923.345	874.560	1.231.743	1.176.141	16	5.250	-	1.702	-	-
Ativo de direito de uso	15b	40.019	-	126.738	-	17	10.457	8.615	16.367	11.608	8.615
Intangível	10	252.355	260.497	258.127	264.876		27.698	-	27.698	-	-
							458.216	458.216	458.216	458.216	458.216
							465.333	465.333	465.333	465.333	465.333
							27.698	-	27.698	-	-
							525	525	525	525	525
							16.690	3.244	16.690	3.244	16.690
							-	(38.584)	-	(38.584)	-
							2.047.385	1.936.757	2.139.424	1.978.579	1.936.757
							1.936.757	1.936.757	2.139.424	1.978.579	1.936.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucro		Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Legal	Para expansão		
374.500		374.500	-	10.138	83.939	-	468.577
Aumento de capital	18.a	90.833	-	(6.894)	(83.939)	-	27.698
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	27.698	-	-	(38.584)	(38.584)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(38.584)	(38.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		465.333	-	3.244	-	-	468.577
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.228	57.228
Reclassificação de adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	(27.698)	(27.698)
Destinação do lucro:							
Absorção de prejuízo acumulado	18.b	-	-	(3.244)	-	3.244	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(5.198)	(5.198)
Reserva legal		-	-	1.094	-	(1.094)	-
Reserva de lucros para expansão		-	-	-	-	15.596	(15.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		465.333	-	1.094	15.596	-	482.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

#### 1. Operação

A Tecnologia Bancária S.A. ("TecBan" ou "Companhia") especializada na gestão de redes de atendimento bancário, transporte de valores e escola, e exploração de serviços de telecomunicação, além dessas atividades, promove pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, construindo soluções eficientes e seguras que conectam ainda mais os bancos e a sociedade.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Bonard, 980 em Barueri, Estado de São Paulo, inscrita de acordo com as leis brasileiras.

O exercício social da Companhia e suas controladas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, as seguintes empresas fazem parte do Grupo TecBan:

- (a) TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. ("TBNet") responsável pela atividade de exploração de serviços de infraestrutura em telecomunicação; e
- (b) TBForte Segurança e Transporte de Valores Ltda. ("TBForte") empresa responsável pela prestação de serviços de transportes de valores e escola.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

##### a) Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicadas de maneira consistente com as políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.

A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho da Administração em 20 de fevereiro de 2020.

Para fins de comparabilidade, os saldos e informações referentes a 31 de dezembro de 2019 anteriormente classificados em 31 de dezembro de 2018 estão sendo representados para melhor apresentação, não havendo alteração às práticas contábeis anteriormente adotadas. No balanço patrimonial, a reapresentação refere-se a ativos registrados em clientes, as quais foram reclassificadas para ativos de contrato. Na demonstração de resultado, a reapresentação refere-se a redistribuição entre custos e despesas, registrados em despesas administrativas, as quais foram reclassificadas para custos dos serviços prestados.

##### b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações contábeis das controladas indicadas abaixo, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes. As políticas contábeis das controladas foram aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis da Companhia. Assim sendo, são eliminadas as participações, os saldos de contas a pagar e a receber, as receitas e despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Controladas

Controlada	Principal atividade	País-sede	% participação
TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. (*)	Telecomunicação	Brasil	99,99
TBForte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (**)	Transporte de Valores	Brasil	99,99

(\*) Controlada direta.

(\*\*) Controlada indireta.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, diretos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

#### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

##### a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando mensurada de forma confiável e o cumprimento de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e impostos ou encargos sobre os serviços prestados. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

O Grupo TecBan é especializado na gestão de redes de atendimento bancário, transporte de valores e escola, e exploração de serviços de telecomunicação, além dessas atividades, promove pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo TecBan espera ter direito em troca destes serviços. O Grupo TecBan conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita.

##### Ativos de contrato

Um ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelas receitas obtidas com os serviços de transações em rede de atendimento bancário, transporte de valores e escola, e exploração de serviços de telecomunicações, uma vez que o recebimento da contraprestação depende da conclusão bem-sucedida destas operações. Após a conclusão dos serviços e aceitação pelos clientes, o valor reconhecido como ativo de contrato é reclassificado para contas a receber. Os ativos contratuais estão sujeitos à avaliação de eventual redução ao valor recuperável.

##### b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### i) Ativos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convênio no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia compromete a comprar ou vender o ativo.

#### Mensuração subsequente

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais)

**e) Investimentos**  
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para desvalorização, quando aplicável.

**f) Operações de arrendamento mercantil**  
No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento mercantil financeiro quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e, (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo.

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, conforme Nota Explicativa nº 15.a.

**g) Imobilizado**  
Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.  
Vide Nota Explicativa nº 9.

**h) Intangível**  
Apresentados ao custo de aquisição líquidos da amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Os ativos intangíveis são classificados com vida útil definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos a projetos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- E tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- O software pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis, adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software;

O custo atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte dos projetos de software, incluem substancialmente os custos com contratos com prestadores terceiros e mão de obra interna alocados nos projetos de desenvolvimento e implantação de softwares.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

O período e o método de amortização para um ativo intangível de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como alterações de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de início de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")**  
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências não identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**j) Ajuste a valor presente**  
Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são relacionados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes superiores há 30 dias, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil estão registrados a valor presente.

**k) Imposto de renda e contribuição social corrente**  
A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% e adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota-base de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda. Vide Nota Explicativa nº 16.a.

**l) Imposto de renda e contribuição social diferido**  
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, também é reconhecido imposto diferido ativo para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo para determinar o diferido de imposto de renda do ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.  
Vide Nota Explicativa nº 16.b.

**m) Tributos sobre as vendas**  
Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

**n) Distribuição de lucros**  
A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos em dinheiro são mensurados ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a maior parte do valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

**o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

**p) Provisão de desmantelamento**  
Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Administração assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração dos imóveis é calculada e constituída pelo custo estimado do ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Administração pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

**q) Estimativas contábeis**  
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**r) Provisões Gerais**  
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O efeito do tempo temporal do direito de desconto é significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que se aplicam, quando adequado, os riscos específicos do passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

**s) Classificação corrente versus não corrente**  
A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

**r) Ativos de direito de uso**  
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos inerentes incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

**u) Passivo de arrendamento**  
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente do arrendamento a ser realizado durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por uma taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

**v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**  
As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aquisições de ativo imobilizado - Nota 9	(179.327)	(142.108)	(215.460)	(313.644)
Aquisições de ativos intangíveis - Nota 10	(78.732)	(76.881)	(81.522)	(78.598)
Pagamentos de Finame/Leasing no exercício	(151.421)	(250.143)	(155.457)	(263.101)
Caixa pago pela aquisição de ativos	(409.480)	(469.132)	(452.439)	(655.343)
<b>w) Novos pronunciamentos e interpretações com vigência a partir de 01/01/2019</b>				
<b>ii) Adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16</b>				

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" introduziu um modelo único de contabilização de operações de arrendamento de ativos e passivos. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Anteriormente os arrendamentos eram classificados entre operacionais ou financeiros, baseados na avaliação da possível transferência ou não, substancialmente de todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. A partir da vigência do respectivo CPC os contratos foram analisados afim de apurar se contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para atendimento a nova norma, foi adotado o modelo retrospectivo com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). Essa escolha implica que a data de aplicação inicial será 31 de dezembro de 2018, com os efeitos sendo reconhecidos em 1º de janeiro de 2019.

A adoção da norma se deu para contratos que foram identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o CPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o CPC 03.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, pois, optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, encerrando em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor. Os contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como equipamentos de informática, cofres e impressoras.

O efeito da adoção do CPC 06 (R2) sobre as demonstrações contábeis está demonstrado abaixo:

	TecBan		Consolidado	
	1º/1/19	31/12/19	1º/1/19	31/12/19
<b>Balanco Patrimonial</b>				
<b>Ativo</b>				
Ativos de direito de uso	40.402	40.019	121.074	126.738
<b>Total do ativo</b>	<b>40.402</b>	<b>40.019</b>	<b>121.074</b>	<b>126.738</b>
<b>Passivo</b>				
Arrendamento de direito de uso	39.877	41.043	112.098	123.054
Outras provisões	525	580	8.976	9.984
<b>Total do passivo</b>	<b>40.402</b>	<b>41.623</b>	<b>121.074</b>	<b>133.038</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Prejuízo acumulado (a)	-	(1.604)	-	(6.300)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>(1.604)</b>	<b>-</b>	<b>(6.300)</b>

(a) Entende-se por Lucro/(Prejuízo) os impactos no resultado referente a adoção do CPC 06 (R2).

**Consolidado**

	1º/1/19	31/12/19	1º/1/19	31/12/19
<b>Demonstração do Resultado</b>				
Custos dos serviços prestados	-	-	-	3.633
Lucro bruto	-	-	-	3.633
Despesas gerais e administrativas	-	2.477	-	2.477
Despesas financeiras	-	(4.081)	-	(12.410)
<b>Lucro (prejuízo) antes da tributação (a)</b>	<b>-</b>	<b>(1.604)</b>	<b>-</b>	<b>(6.300)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(545)	-	(2.142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	545	-	2.142
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.604)</b>	<b>-</b>	<b>(6.300)</b>

**Demonstração de fluxo de caixa**

	1º/1/19	31/12/19	1º/1/19	31/12/19
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (a)	-	(1.604)	-	(6.300)
Itens que não afetam o caixa				
Depreciações e amortizações	-	3.855	-	14.608
Atualização monetária	-	4.081	-	12.410
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>6.332</b>	<b>-</b>	<b>20.718</b>

(a) Entende-se por Lucro/(Prejuízo) os impactos no resultado referente a adoção do CPC 06 (R2).  
A partir de 01/01/2019, devido à adoção do CPC 06 (R2), o resultado do exercício antes das receitas e despesas financeiras, bem como as despesas de juros aumentaram em relação aos exercícios anteriores. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1).

**ii) ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro**  
Esta interpretação, que tem por base a IFRIC 23, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração avaliou a aplicação da norma retrospectivamente utilizando as informações disponíveis à época, de forma que a análise e cálculo compreendesse os tratamentos incertos de tributos sobre o lucro dos últimos 5 anos. Concluiu-se que não há qualquer alteração nas Demonstrações Contábeis e que nenhum fato de incerteza deverá ser divulgado para o exercício final em 31 de dezembro de 2019 decorrentes da aplicação do IFRIC 23 / ICPC 22.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas.

**4. Caixa e equivalente de caixa**

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	91.976	215.036	103.888	215.512
Aplicações financeiras (a)	92.373	217.668	104.233	219.189
<b>Total</b>	<b>184.349</b>	<b>432.704</b>	<b>208.121</b>	<b>434.701</b>

(a) As aplicações financeiras possuem cláusulas de resgate antecipado, independentemente de seus prazos de vencimento em função de suas características de alta liquidez e são prontamente convertíveis em uma montante conhecido de caixa. Referem-se substancialmente a aplicações em CDB e compromissadas, sendo que no exercício à taxa média de remuneração foi de 91,89% (87,97% em 2018) do CDI.

**8. Investimentos**

Participação	Participação	2019		2018		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
		direta	indireta	Quantidade de ações	Ativo								
99,99%	-	530.301.040	493.955.456	361.071	311.551	3.934	3.224	357.137	308.327	12.389	(73.280)	12.389	(73.280)
-	99,99%	517.505.210	485.350.210	523.989	386.021	182.466	87.465	341.523	298.556	10.812	(74.260)	10.812	(74.260)

(a) A movimentação do investimento na TBNet está assim representada:

	Exercício	
	2019	2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>308.327</b>	<b>269.760</b>
Aumento de capital em sociedade controlada	36.421	111.847
Equivalência patrimonial	12.389	(73.280)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>357.137</b>	<b>308.327</b>

(b) A movimentação do investimento na TBForte (controlada indireta) está assim representada:

	Exercício	
	2019	2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>298.556</b>	<b>263.041</b>
Aumento de capital em sociedade controlada	32.155	109.775
Equivalência patrimonial	10.812	(74.260)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>341.523</b>	<b>298.556</b>

**9. Imobilizado**

Taxa média anual	TecBan			
	2019		2018	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos de ATM e acessórios	1.504.559	(734.146)	770.413	698.243
Móveis e utensílios	108.412	(65.912)	42.500	52.984
Equipamentos de tecnologia	62.222	(38.780)	23.442	26.045
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	126.489	(57.067)	69.422	71.822
Veículos e motos	20.995	(12.984)	8.011	7.696
Terenos	1.626	-	1.626	1.626
Imobilizações em andamento (a)	7.931	-	7.931	16.144
<b>Total</b>	<b>1.832.234</b>	<b>(908.889)</b>	<b>923.345</b>	<b>874.560</b>

(a) Movimentação do saldo de imobilizado

Equipamentos de ATM e acessórios	2019				2018			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência
Equipamentos de ATM e acessórios	1.368.999	60.938	(34.789)	109.411	1.504.559	(678.962)	(88.094)	32.910
Móveis e utensílios	103.396	4.739	(263)	540	108.412	(50.412)	(15.761)	261
Equipamentos de tecnologia	54.856	8.163	(256)	(541)	62.222	(28.811)	(10.163)	194
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	120.076	6.429	(16)	116	126.489	(48.254)	(8.629)	213
Veículos e motos	17.562	5.667	(2.650)	416	20.995	(9.866)	(5.151)	2.049
Terenos	1.626	-	-	1,626	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	16.144	93.532	-	(101.745)	7.931	-	-	-
Adiantamento de fornecedor								

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais)

**12. Obrigações sociais e trabalhistas**

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para férias	24.585	23.074	54.070	47.849
Provisão para PPR (a)	23.203	12.720	25.529	14.306
Encargos sociais e trabalhistas	4.546	5.615	10.924	13.568
Bônus diferido a longo prazo (b)	0,00	3,15	5.708	4.833
Outras obrigações trabalhistas	3.201	4.862	6.744	7.205
<b>Total</b>	<b>60.775</b>	<b>50.087</b>	<b>102.975</b>	<b>87.561</b>
Bônus diferido a longo prazo	9.838	8.609	9.838	8.609
<b>Não circulante</b>	<b>9.838</b>	<b>8.609</b>	<b>9.838</b>	<b>8.609</b>
<b>Total</b>	<b>70.613</b>	<b>58.696</b>	<b>112.813</b>	<b>96.170</b>

(a) Refere-se ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) concedido aos funcionários devidamente registrado no sindicato da categoria e baseado nos preceitos da Lei nº 10.101/00.  
(b) Refere-se ao reconhecimento do bônus a executivos e seus encargos trabalhistas.

**13. Debêntures**

Modalidade	Encargos anuais (%)		Vencimento		TecBan e Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1ª emissão	CDI + 0,50%	selv/22	1.500	2.081	700.000	701.500
2ª emissão	CDI + 0,65%	selv/21	2.830	3.172	150.000	152.830
3ª emissão	CDI + 0,53%	mai/23	1.223	200.000	-	201.223
Custos de emissão (transação)	-	-	(468)	(909)	(993)	(1.347)
<b>Total</b>			<b>5.085</b>	<b>4.899</b>	<b>1.049.091</b>	<b>1.054.176</b>

O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	TecBan e Consolidado		%
	Vencimento das parcelas	Total	
Total do passivo circulante	Até Dez/2023	5.553	0,5%
	2021	500.000	47,4%
	2022	350.000	33,2%
	2023	200.000	18,9%
Total do passivo não circulante	2023	1.050.000	99,5%
<b>Total</b>		<b>1.055.553</b>	<b>100,0%</b>

Correspondente a debêntures simples, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, na 1ª emissão no valor individual de R\$1 totalizando R\$700.000 com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, na 2ª emissão no valor individual de R\$150.000 com prazo de vigência de 3 (três) anos e na 3ª emissão no valor individual de R\$10 totalizando R\$200.000 com prazo de vigência de 4 (quatro) anos, em 1 (uma) série, não conversíveis em ações e em regime de melhores esforços de colocação.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Os juros remuneratórios correspondem a CDI+juros, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de início de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os custos da transação na emissão de títulos e valores mobiliários são:

	Informação/valor		
	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão
Quantidade da série (única)	700.000	150.000	200.000
Valor total	700.000	150.000	200.000
Valor total recebido em conta corrente	(1.347)	(459)	(1.806)
Emissão	13/12/2021	03/09/2018	06/05/2019
Liquidação	13/12/2021 e 13/12/2022	03/09/2021	17/05/2023
Especie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	TCBC11	TCBC12	TCBC13

b. Custos da transação incorridos

Série (única)	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão
Finame	1.645	179	459
Finame	CDI+0,60% a.a.	CDI+0,65% a.a.	CDI+0,53% a.a.

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas que podem anteceder temporariamente o vencimento das obrigações. A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas à emissão de debêntures.

O grupo de acionistas da Emissora devem manter, de forma individual, no mínimo, 1/3 (um terço) da participação que detêm, exceto se houver diminuição de participação decorrer de uma reorganização societária realizada entre os grupos aqui mencionados; e

O índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 3,5 vezes. A Dívida Financeira Líquida é composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e outros parcelados subtraída por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Estas e as demais condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia. Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Debêntures 1ª, 2ª e 3ª emissão	855.253	200.000	1.049.091	1.054.176
Custos de emissão	(1.347)	(459)	(1.806)	(2.265)
<b>Total</b>	<b>853.906</b>	<b>199.541</b>	<b>1.047.285</b>	<b>1.051.911</b>

**14. Empréstimos e financiamentos**

Instituições financeiras	Modalidade	Taxa média	Vencimento	TecBan		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	Finame	9,98% a.a. + TLP	jan/20	434	14.058	434	14.058
Banco do Brasil S.A.	Finame	2,50% a.a.	jan/23	10.52	9.229	1.578	9.867
Safra S.A.	Capital de Giro	2,91% a.a. + CDI	jun/22	14.12	20.435	18.892	26.911
<b>Total</b>				<b>15.628</b>	<b>43.723</b>	<b>20.904</b>	<b>50.837</b>

Circulante  
Não circulante

Cronograma de vencimento (não circulante)	TecBan		Consolidado	
	2021	2022	2021	2022
	6.614	1.369	8.451	2.775
	28	140	140	75
<b>Total</b>	<b>8.011</b>	<b>1.411</b>	<b>11.441</b>	<b>2.850</b>

Os contratos de FINAME (financiamento para produção e aquisição de máquinas e/ou equipamentos de fabricação nacional) do BNDES foram obtidos para aquisições de ativo mobilizado, sendo equipamentos de ATM e veículos de transporte de valores. Essas operações são garantidas com os próprios ativos financeiros.

A seguir especificamos a principal condição e cláusula restritiva vinculada aos contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia está sujeita ao cumprimento do vencimento antecipado caso as garantias reais ou fiduciárias ora conveniadas se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida e desde que não sejam substituídas ou complementadas, assim como em casos de mudanças ou transferência do controle do capital volante do Emitente ou caso seja apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pelo Emitente. Esta e as demais condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

Os contratos de cessão de crédito ou capital de giro estão sujeitos a encargos de 2,90% a 3,20% ao mês, em alguns contratos incidem CDI, são realizados na modalidade de antecipação de recursos decorrente da cessão de direito dos títulos a receber. São utilizados para capital de giro e podem ser liquidados dentro do próprio mês de captação ou no mês subsequente.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	14.059	-	(13.602)	(451)
Banco do Brasil S.A.	9.229	-	(8.159)	(204)
Daycoval	-	67.265	(67.265)	(10)
Safra S.A.	20.435	-	(6.272)	(1.647)
<b>Total</b>	<b>43.723</b>	<b>67.265</b>	<b>(95.296)</b>	<b>(2.312)</b>

	Consolidado		2019
	2019	2018	
Banco Bradesco S.A.	14.059	-	(13.602)
Banco do Brasil S.A.	9.867	-	(8.271)
Daycoval	-	67.265	(67.265)
Safra S.A.	26.911	-	(7.997)
<b>Total</b>	<b>50.837</b>	<b>67.265</b>	<b>(97.135)</b>

**15. Arrendamento**

Instituições financeiras	Modalidade	Taxa média	Vencimento	TecBan		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	2,53% a.a. + 100% CDI	jul/21	570	1.814	570	1.814	
HP Financial Service S.A.	2,27% a.a. + 100% CDI	dez/22	7.595	42.700	7.596	42.830	
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	3,57% a.a. + 100% CDI	jun/22	15.840	24.725	15.845	25.650	
Banco IBM S.A.	3,35% a.a. + 100% CDI	jul/22	156	6.980	156	7.344	
Safra Leasing S.A.	2,24% a.a. + 100% CDI	nov/22	38.104	75.284	41.385	79.703	
Société Générale Leasing S.A.	2,42% a.a. + 100% CDI	jun/22	32.617	53.481	32.716	53.681	
Daycoval S.A.	3,85% a.a. + 100% CDI	ago/22	9.274	12.916	14.489	15.955	
<b>Total</b>			<b>120.556</b>	<b>217.966</b>	<b>109.577</b>	<b>228.577</b>	

Circulante  
Não circulante

Cronograma de vencimento (não circulante)	TecBan		Consolidado	
	2021	2022	2021	2022
	29.213	30.954	29.213	30.954
	5.912	6.930	5.912	6.930
<b>Total</b>	<b>35.125</b>	<b>37.884</b>	<b>35.125</b>	<b>37.884</b>

Os contratos de arrendamento mercantil foram obtidos para aquisições de ativo imobilizado de acessórios para equipamentos de ATM, veículos leves para manutenção da frota, equipamentos de informática e equipamentos WIFI. Essas operações são garantidas com os próprios ativos financeiros.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo:

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	1.814	-	(1.177)	(71)
HP Financial Service S.A.	42.830	-	(36.769)	(794)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	25.650	-	(11.083)	(909)
Banco IBM S.A.	7.344	-	(7.455)	(524)
Safra Leasing S.A.	79.703	-	(41.886)	(2.350)
Société Générale Leasing S.A.	53.681	-	(23.433)	(1.546)
Daycoval S.A.	15.085	-	(4.371)	(606)
<b>Total</b>	<b>226.107</b>	<b>126.094</b>	<b>(6.800)</b>	<b>(16.544)</b>

b) Arrendamento por direito de uso

O Grupo TecBan possui contratos de arrendamento de locação de imóveis e veículos. Os prazos de arrendamento de locações de imóveis geralmente variam entre 3 e 18 anos, enquanto os veículos têm prazo de arrendamento de 3 anos. As obrigações do grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão.

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos:

Ativo por direito de uso	TecBan		Passivo de arrendamento	Passivo de desmantelamento
	Imóveis	Veículos		
Saldo inicial de direito de uso em 1º de Janeiro de 2019	39.877	-	(39.877)	-
(+) Provisão para custos de desmantelamento	-	525	-	(525)
<b>Saldo inicial ajustado</b>	<b>39.877</b>	<b>525</b>	<b>(39.877)</b>	<b>(525)</b>
Amortização	(3.855)	-	(3.855)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(4.026)
Pagamentos realizados	2.058	-	2.058	-
Adições	1.414	-	1.414	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.019</b>	<b>-</b>	<b>(40.019)</b>	<b>(41.043)</b>
Circulante	-	-	-	(4.161)
<b>Não Circulante</b>	<b>40.019</b>	<b>-</b>	<b>(40.019)</b>	<b>(36.882)</b>

Ativo por direito de uso	Consolidado		Passivo de arrendamento	Passivo de desmantelamento
	Imóveis	Veículos		
Saldo inicial de direito de uso em 1º de Janeiro de 2019	116.013	5.607	(121.620)	-
(+) Provisão para custos de desmantelamento	8.981	-	-	(8.981)
<b>Saldo inicial ajustado</b>	<b>124.994</b>	<b>5.607</b>	<b>(130.601)</b>	<b>(8.981)</b>
Amortização	(11.932)	(2.676)	(14.608)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(11.564)
Pagamentos realizados	3.829	-	3.829	-
Adições	7.346	399	7.745	-
(-) Provisão para custos de desmantelamento	157	-	157	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>123.408</b>	<b>3.330</b>	<b>(126.738)</b>	<b>(28.543)</b>
Circulante	-	-	-	(14.542)
<b>Não Circulante</b>	<b>123.408</b>	<b>3.330</b>	<b>(126.738)</b>	<b>(14.001)</b>

Pagamentos futuros mínimos:

Cronograma de vencimento	TecBan		Consolidado	
	2019	2020	2019	2020
Menos de um ano	6.345	22.272	6.345	22.272
De um a cinco anos	28.080	95.416	28.080	95.416
Mais de cinco anos	-	36.668	-	110.887
<b>Total de pagamentos futuros</b>	<b>34.425</b>	<b>154.356</b>	<b>34.425</b>	<b>228.575</b>

(+) Encargos Financeiros mínimos (105.521)

Valor presente dos pagamentos mínimos futuros

Durante o ano de 2019 as despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$3.861 e referem-se a: alugueis de espaço para antena de sinal, de veículos avulsos, máquinas controladas de células, equipamentos de

vídeo conferência, cofres para bases, dentre outros. Devido a baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos.

**16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação do lucro real e a conciliação com o resultado estão apresentados abaixo.

	TecBan		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	78.363	(20.195)	80.683	(19.650)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(26.643)	6.866	(27.432)	6.681
(Adições) exclusões permanentes	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	4.212	(24.915)	-	-
Bônus diferido a dirigentes	(1.770)	(3.861)	(2.152)	(4.231)
Perdas inventariadas	(80)	(947)	(80)	(947)
Inovação tecnológica	3.882	3.143	3.882	3.143
Outros ajustes tributários e direitos fiscais não constituídos	(736)	1.325	2.327	(23.580)
IRPJ e CSLL apurados	(21.135)	(18.389)	(23.455)	(18.934)
Corrente	(11.325)	(1.388)	(17.193)	(1.933)
Diferido	(9.810)	(17.001)	(6.262)	(17.001)
IRPJ e CSLL no resultado	(21.135)	(18.389)	(23.455)	(18.934)
Alíquota efetiva	27%	-91,1%	29%	-96,4%

**b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	TecBan			
	2019			

>>>>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão assim apresentados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total do endividamento	1.184.837	1.130.850
Menos: caixa e equivalentes de caixa	104.233	219.189
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.080.604</b>	<b>911.661</b>
EBITDA	425.526	287.379
Índice de alavancagem financeira	2,54	3,41

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos debêntures que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que bancos requerem imediatamente a liquidação das debêntures. Não houve violação dos covenants financeiros de quaisquer debêntures sujeitas a juros no exercício.

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

**e) Análises dos instrumentos financeiros**  
É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros	TecBan			
	Instrumentos financeiros por classe			
Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Aplicações financeiras (Nota 4a)	397	397	2.632	2.632
meio de resultado	91.976	91.976	215.036	215.036
Contas a receber de clientes (Nota 5)	228.891	228.891	101.236	101.236
Ativos de contrato (Nota 5)	8.820	8.820	23.605	23.605
Outros créditos	14.739	14.739	27.123	27.123
<b>Total</b>	<b>344.823</b>	<b>344.823</b>	<b>369.632</b>	<b>369.632</b>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 11)	201.968	201.968	262.791	262.791
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	15.628	15.836	43.723	44.747
Debêntures (Nota 13)	1.054.176	1.071.573	853.906	872.770
Arrendamento mercantil (Nota 15a)	104.756	108.934	217.902	7.621
Arrendamento de direito de uso (Nota 15b)	41.043	41.043	-	-
Outros passivos	38.408	38.408	9.852	9.852
<b>Total</b>	<b>1.455.979</b>	<b>1.477.762</b>	<b>1.388.174</b>	<b>1.197.781</b>

Ativos financeiros	Consolidado			
	Instrumentos financeiros por classe			
Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Aplicações financeiras (Nota 4a)	545	545	3.677	3.677
Valor justo por meio de resultado	103.688	103.688	215.512	215.512
Contas a receber de clientes (Nota 5)	238.105	238.105	108.990	108.990
Ativos de contrato (Nota 5)	12.033	12.033	29.019	29.019
Outros créditos	19.217	19.217	26.915	8.451
<b>Total</b>	<b>373.588</b>	<b>373.588</b>	<b>384.113</b>	<b>365.649</b>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 11)	138.337	138.337	242.104	242.104
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	20.904	21.310	50.837	52.208
Debêntures (Nota 13)	1.054.176	1.071.573	853.906	872.770
Arrendamento mercantil (Nota 15a)	109.757	114.169	226.107	234.074
Arrendamento de direito de uso (Nota 15b)	123.054	123.054	-	-
Outros passivos	38.676	38.676	10.613	10.613
<b>Total</b>	<b>1.484.904</b>	<b>1.507.119</b>	<b>1.383.567</b>	<b>1.411.769</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

**f) Hierarquia do valor justo**  
Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:  
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

• Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);  
• Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

**g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados as variações da TJLP e CDI relativos as debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

As aplicações financeiras atreladas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI, cenário provável (CDI atual) e a partir deste, foram aplicadas as variáveis de 25% e 50%.

Operação	Nota	Risco	2019	2019		
				Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações Financeiras	4	Diminuição do CDI	91.976	5,56%	4,17%	2,78%
Receita Financeira				5.114	3.835	2.557

Operação	Nota	Risco	2019	2019		
				Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações Financeiras	4	Diminuição do CDI	103.688	5,56%	4,17%	2,78%
Receita Financeira				5.765	4.324	2.883

Operação	Nota	Risco	2018	2018		
				Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações Financeiras	4	Diminuição do CDI	215.036	5,90%	4,43%	2,95%
Receita Financeira				12.687	9.515	6.344

A seguir demonstramos os cenários de variação para as debentures, cenário atual e mais dois cenários com deslocamento de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Nota	Risco	2018	2018		
				Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações Financeiras	4	Diminuição do CDI	215.512	5,90%	4,43%	2,95%
Efeito no resultado				12.716	9.536	6.358

O cenário abaixo refere-se às operações de empréstimos e financiamento que tenham como indexador a TJLP, sendo parcial em relação ao montante devido, pois temos linhas de créditos distintas (Taxa de subcrédito A e B).

Operação	Nota	Risco	2018	2018		
				Cenário Provável	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Empréstimos e financiamentos	14	Aumento TJLP	86	6,20%	7,75%	9,30%
Efeito no resultado				-	8	39

**DIRETORIA**

**MARCELO GOMES DE OLIVEIRA**  
Diretor de Administração, Finanças e Pessoas

**LEONARDO VANNUCCI**  
Superintendente de Finanças, CSC e RI

**SYLVIA PIACENTINI**  
Gerente Executiva de Controladoria - CRC-1SP24771/O-6

**MARIA ROCHA**  
Coordenadora Contábil - CRC-1SP284003/O-9

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas  
**Tecnologia Bancária S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tecnologia Bancária S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

**Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos registrados pela Companhia e suas controladas totalizava R\$ 64.468 mil no individual e R\$ 69.456 mil no consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa 16. Conforme também divulgado na referida nota explicativa, a aplicação dessa estimativa envolve julgamento significativo por parte da administração em relação ao seu reconhecimento contábil e sua recuperabilidade, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa 3(i).

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia e suas controladas. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela administração

os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia e suas controladas atuam, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados ao assunto incluíram, entre outros:  
• Revisão das projeções de rentabilidade futura e análise da consistência dessas projeções preparadas pela administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas;  
• Envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia e suas controladas quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;  
• Avaliação se as projeções da Companhia e suas controladas indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros; e  
• Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos diferidos, as quais estão incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa no 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Lazaro Angelim Serruya**  
Contador CRC-1DF015801/O-7

Uma empresa que há  
37 anos trabalha criando,  
transportando e  
compartilhando valor com  
a sociedade sabe quanto  
vale o dinheiro.

A TecBan é uma empresa de economia compartilhada que conecta os brasileiros aos bancos e o Brasil ao crescimento. Investimos em inovação, tecnologia, infraestrutura de telecomunicações, segurança e logística, gerando empregos e viabilizando serviços para atender melhor a sociedade.

Somos uma empresa consciente das nossas responsabilidades sociais e ajudamos diariamente a transformar a vida de milhões de pessoas.